

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS/BA

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	926356-CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS /BA	KIELE DE SOUZA BARBOSA	15/05/2026 14:13 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	32/2026	006.003/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OUTDOORS

Processo de Compras nº 003.006/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mídia exterior, para veiculação bissemanal de OUTDOORS, com dimensões mínimas de 9x3m, incluindo impressão digital de alta definição, colagem, impermeabilização e disponibilização do local/ponto, visando atender às necessidades do CRECI-BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE I				
Cidades		QTD. EST.	V. UNIT. EST.	V. TOTAL EST.
1	SALVADOR - Avenida Garibaldi, Avenida Tancredo Neves, Avenida ACM	15		
VALOR TOTAL DO LOTE: (valor por extenso)				R\$

LOTE II			

CIDADES		QTD. EST.	V. UNIT. EST.	V. TOTAL EST.
1	ALAGOINHAS – Avenida Dantas Bião, Rua do Catu, Avenida Severino Vieira	02		
2	ITABERABA –	01		
3	BARREIRAS – Avenida Clériston Andrade, Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM)	02		
4	BOM JESUS DA LAPA - Avenida Santa Catarina, Avenida Manoel Novaes	01		
5	BRUMADO – Avenida Centenário, Avenida Dr. Guilherme Dias	01		
6	SEABRA –	01		
7	CAMAÇARI – Avenida Jorge Amado, Avenida Radial B, Avenida Concêntrica.	03		
8	EUNÁPOLIS – Avenida Porto Seguro, Avenida Santos Dumont.	01		
9	FEIRA DE SANTANA – Avenida Getúlio Vargas, Avenida Maria Quitéria, Avenida João Durval	04		
10	ITAMARAJU –	01		
11	GUANAMBI – Avenida Santos Dumont, Avenida Governador Nilo Coelho	01		
12	SERRINHA –	01		
13	ILHÉUS – Avenida Soares Lopes, Avenida Itabuna	02		
14	IRECÊ – Avenida Primeiro de Janeiro, Avenida Caraíbas.	01		
15	ITABUNA – Avenida Cinquentenário, Avenida Amélia Amado.	02		

16	CRUZ DAS ALMAS –	01		
17	JACOBINA – Avenida Orlando Oliveira Pires, Avenida Lomanto Júnior.	01		
18	JEQUIÉ – Avenida Rio Branco, Avenida Franz Gedeon.	01		
19	JUAZEIRO – Avenida Adolfo Viana, Avenida Santos Dumont	02		
20	LUIS EDUARDO MAGALHÃES – Avenida Salvador, Avenida Brasília.	02		
21	PAULO AFONSO – Avenida Apolônio Sales, Avenida Delmiro Gouveia	01		
22	PORTO SEGURO – Avenida 22 de Abril, Avenida Getúlio Vargas.	02		
23	SANTO ANTONIO DE JESUS – Avenida Ursicino Pinto de Queiroz, Avenida ACM.	02		
24	TEIXEIRA DE FREITAS – Avenida Marechal Castelo Branco, Avenida Presidente Getúlio Vargas.	02		
25	VALENÇA – Avenida ACM, Avenida Dendezeiros.	01		
26	VITÓRIA DA CONQUISTA – Avenida Olívia Flores, Avenida Luiz Eduardo Magalhães, Avenida Juracy Magalhães.	03		
VALOR TOTAL DO LOTE: (valor por extenso)				R\$

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato pelo último signatário, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus respectivos quantitativos encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que constituem apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme informações constantes neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução, em sua integralidade, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que constituem apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.1. Em observância aos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá adotar, sempre que possível, práticas que reduzam impactos ambientais, tais como:

1. destinação ambientalmente adequada das lonas e materiais utilizados;
2. utilização de insumos recicláveis ou de menor impacto ambiental;
3. redução de desperdícios na impressão e instalação;
4. otimização logística, visando à redução de emissão de poluentes.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Será admitida a **subcontratação parcial de serviços acessórios**, desde que previamente autorizada pela Administração, especialmente para atividades como:

1. impressão digital das peças publicitárias;
2. produção gráfica;
3. serviços auxiliares de apoio à execução.

4.2.2. A subcontratação não poderá abranger as atividades essenciais do objeto, especialmente **a gestão da veiculação, o controle de qualidade e o cumprimento do cronograma**, que deverão permanecer sob responsabilidade direta da contratada.

4.2.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive pelos serviços subcontratados, não sendo afastada sua responsabilidade perante a Administração.

4.2.4. A subcontratação não estabelece vínculo jurídico entre a Administração e os subcontratados, permanecendo a contratada como única responsável pelo contrato.

4.3. Requisitos de Capacidade Técnica

4.3.1. A contratada deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante demonstração de experiência anterior em mídia exterior, incluindo:

1. veiculação de campanhas em outdoors;

4.4. Requisitos Operacionais

4.4.1. A contratada deverá:

1. cumprir rigorosamente os prazos de instalação e veiculação;
2. garantir a qualidade visual e integridade das peças;
3. realizar manutenção preventiva e corretiva dos outdoors;
4. substituir peças danificadas ou comprometidas no menor prazo possível;
5. assegurar a continuidade da veiculação conforme cronograma;
6. disponibilizar, quando solicitado, relatórios ou comprovação da veiculação das campanhas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços de veiculação de outdoors deverão ser executados em períodos **bissemanais de 14 (quatorze) dias**, sendo os endereços e datas definidos por meio de Ordem de Serviço, de acordo com a campanha institucional e a disponibilidade dos pontos.

5.2. A contratação contempla a produção e veiculação de até **216 (duzentos e dezesseis) outdoors**, distribuídos entre os municípios indicados neste Termo de Referência.

5.3. Os outdoors deverão possuir dimensões mínimas de **9,0 m x 3,0 m**, confeccionados em papel apropriado, com impressão em policromia, conforme modelo e arte fornecidos pelo CRECI-BA em formato PDF.

5.4. A Assessoria de Comunicação do CRECI-BA será responsável pelo fornecimento da arte e do conteúdo das campanhas, cabendo à contratada realizar os ajustes necessários para adequação ao formato dos outdoors.

5.5. Os outdoors deverão ser instalados em **locais de grande fluxo de pessoas e veículos**, tais como avenidas, centros urbanos, praças públicas e proximidades de terminais de transporte, conforme relação constante neste Termo de Referência e validação da fiscalização.

5.6. Sempre que houver demanda, a fiscalização do contrato solicitará à contratada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início do período de veiculação, a relação atualizada dos pontos/placas disponíveis para utilização.

5.7. A contratada deverá encaminhar a relação de pontos disponíveis no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

5.8. Recebida a relação de pontos disponíveis, a fiscalização informará, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, os locais selecionados e o período de veiculação, podendo realizar ajustes, desde que comunicados à contratada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do início da produção.

5.9. A fiscalização será responsável pelo envio da arte dos outdoors à contratada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do início do período de veiculação.

5.10. A arte será disponibilizada em formato PDF, cabendo à contratada realizar os ajustes técnicos necessários para adequação ao padrão dos outdoors.

5.11. Compete à contratada a execução integral dos serviços, incluindo **locação dos pontos, impressão, colagem, instalação, impermeabilização e manutenção dos outdoors**, conforme orientações e aprovação da fiscalização.

5.12. A instalação e colagem dos outdoors deverão estar concluídas até o início do período de veiculação definido na Ordem de Serviço.

5.13. Caso sejam identificados danos, falhas ou inconsistências na veiculação das peças, os dias comprometidos deverão ser **compensados ao final do período contratado**, garantindo o cumprimento integral do prazo de exposição.

5.14. Os serviços de veiculação de outdoors serão demandados por meio de emissão de Ordens de Serviço, com base na **Ata de Registro de Preços**, de acordo com as necessidades do CRECI-BA ao longo da vigência contratual. Ressalta-se que, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o CRECI-BA **não está obrigado a contratar ou utilizar a totalidade dos quantitativos registrados**, tratando-se de mera expectativa de consumo, podendo as demandas serem realizadas de forma parcial, conforme conveniência e oportunidade da Administração, nos termos da legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Reajuste

7.15 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A25] da data do orçamento estimado, em [DD/MM/AAAA][A26] .

OU

7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês MM do ano de AAAA] OU [datadas de DD/MM/AAAA]. [A27]

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do [indicar o índice a ser adotado][A28] , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. O objeto contratual, consistente na veiculação de campanhas institucionais por meio de outdoors, será recebido provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante verificação preliminar do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, incluindo a instalação das peças, qualidade da impressão, colagem, impermeabilização, disponibilização dos pontos contratados e apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

8.2. Considerando que o objeto envolve execução periódica e contínua, eventuais irregularidades, falhas ou desconformidades deverão ser registradas pela fiscalização durante a execução, podendo ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, glosa proporcional dos valores contratados ou outras medidas administrativas previstas em contrato.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, da qualidade das peças veiculadas, da correta utilização dos pontos contratados, do atendimento ao cronograma bissemanal e da conformidade dos serviços prestados, mediante emissão de termo circunstanciado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma devidamente justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à qualidade das peças, localização dos pontos ou cumprimento das obrigações assumidas, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal referente apenas à parcela incontroversa da execução.

8.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na documentação fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa e técnica da Contratada pela adequada execução dos serviços, nem afasta a aplicação de sanções decorrentes de falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal contém os elementos essenciais, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a pagar e eventuais retenções tributárias.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até a regularização, sem ônus ao Contratante.

8.11. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais.

8.12. Será exigida, no momento do pagamento, a apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes, conforme legislação aplicável.

8.13. A Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e eventual impedimento de contratar com o Poder Público.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. O pagamento estará condicionado à prestação dos serviços em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e ao aceite definitivo emitido pelo setor responsável do CRECI-BA.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.21. O pagamento será suspenso caso sejam identificadas as seguintes condições: Inconsistências na prestação dos serviços, como divergências entre o solicitado e o fornecido; Falta de documentos fiscais válidos e/ou obrigatórios; Ausência ou irregularidade nas certidões de regularidade exigidas.

8.22. O pagamento será retomado somente após a completa regularização das pendências identificadas

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.28. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.*

8.29. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** por meio do Sistema de Registro de Preços.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será o de **empreitada por preço global**, considerando que a contratação envolve a prestação integrada dos serviços de veiculação de campanhas institucionais por meio de outdoors, compreendendo o fornecimento de pontos estratégicos, impressão digital de alta definição, colagem, impermeabilização, manutenção e demais serviços necessários à plena execução, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultados de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercício sociais, comprovando:

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação

Qualificação Técnica

9.26. Comprovação de aptidão para execução do objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Indicação de profissionais qualificados para execução do contrato, quando aplicável, acompanhada de registro no órgão de classe competente, se exigido.

9.29. Declaração de ciência e cumprimento das exigências contidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9.30. Esses requisitos são essenciais para garantir que os fornecedores selecionados possuam as condições técnicas, fiscais e jurídicas para executar o objeto do contrato, assegurando a transparência, a competitividade e o **cumprimento das normas aplicáveis à administração pública.**

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação, considerado como limite máximo aceitável para fins de contratação, é de R\$ **141.584,97 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se devidamente previstas no orçamento vigente do CRECI/BA, estando consignadas no elemento de despesa sob o nº 6.3.1.3.04.01.031 - SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIOS E OUTRAS, com dotação orçamentária suficiente para suportar a execução do objeto contratual.

11.2. A execução da despesa ficará condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como aos limites estabelecidos no planejamento orçamentário do respectivo exercício.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações constantes neste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso.

12.2. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato que não possam ser solucionadas na esfera administrativa.

Salvador, 17 de abril de 2026

13. ANEXO I

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Ao Conselho Regional de Corretores de Imoveis 9ª Região Bahia

Processo de Compras nº 006/2026, Pregão Eletronico nº 003/2026

OBJETO: mpresa especializada na prestação de serviços de mídia exterior, para veiculação bissemanal de OUTDOORS, com dimensões mínimas de 9x3m, incluindo impressão digital de alta definição, colagem, impermeabilização e disponibilização do local/ponto, visando atender às necessidades do CRECI-BA,

Razão Social:

Endereço:

Cidade / UF:

Fone:

E-mail:	CNPJ:
Insc. Estadual:	Insc. Municipal:
Dados Bancários:	
Responsável pela assinatura do contrato:	

LOTE I				
Cidades		QTD. EST.	V. UNIT. EST.	V. TOTAL EST.
1	SALVADOR - Avenida Garibaldi, Avenida Tancredo Neves, Avenida ACM	15		
VALOR TOTAL DO LOTE: (valor por extenso)				R\$

LOTE II				
CIDADES		QTD. EST.	V. UNIT. EST.	V. TOTAL EST.
1	ALAGOINHAS – Avenida Dantas Bião, Rua do Catu, Avenida Severino Vieira	02		
2	ITABERABA –	01		
3	BARREIRAS – Avenida Clériston Andrade, Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM)	02		
4	BOM JESUS DA LAPA - Avenida Santa Catarina, Avenida Manoel Novaes	01		
5	BRUMADO – Avenida Centenário, Avenida Dr. Guilherme Dias	01		
6	SEABRA –	01		

7	CAMAÇARI – Avenida Jorge Amado, Avenida Radial B, Avenida Concêntrica.	03		
8	EUNÁPOLIS – Avenida Porto Seguro, Avenida Santos Dumont.	01		
9	FEIRA DE SANTANA – Avenida Getúlio Vargas, Avenida Maria Quitéria, Avenida João Durval	04		
10	ITAMARAJU –	01		
11	GUANAMBI – Avenida Santos Dumont, Avenida Governador Nilo Coelho	01		
12	SERRINHA –	01		
13	ILHÉUS – Avenida Soares Lopes, Avenida Itabuna	02		
14	IRECÊ – Avenida Primeiro de Janeiro, Avenida Caraíbas.	01		
15	ITABUNA – Avenida Cinquentenário, Avenida Amélia Amado.	02		
16	CRUZ DAS ALMAS –	01		
17	JACOBINA – Avenida Orlando Oliveira Pires, Avenida Lomanto Júnior.	01		
18	JEQUIÉ – Avenida Rio Branco, Avenida Franz Gedeon.	01		
19	JUAZEIRO – Avenida Adolfo Viana, Avenida Santos Dumont	02		
20	LUIS EDUARDO MAGALHÃES – Avenida Salvador, Avenida Brasília.	02		
21	PAULO AFONSO – Avenida Apolônio Sales, Avenida Delmiro Gouveia	01		

22	PORTO SEGURO – Avenida 22 de Abril, Avenida Getúlio Vargas.	02		
23	SANTO ANTONIO DE JESUS – Avenida Ursicino Pinto de Queiroz, Avenida ACM.	02		
24	TEIXEIRA DE FREITAS – Avenida Marechal Castelo Branco, Avenida Presidente Getúlio Vargas.	02		
25	VALENÇA – Avenida ACM, Avenida Dendezeiros.	01		
26	VITÓRIA DA CONQUISTA – Avenida Olívia Flores, Avenida Luiz Eduardo Magalhães, Avenida Juracy Magalhães.	03		
VALOR TOTAL DO LOTE: (valor por extenso)				R\$

VALIDADE DA PROPOSTA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VIGÊNCIA CONTRATUAL:

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência;
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos;
- **DECLARAMOS** que disponibilizaremos as emissões e remissões dos cartões magnéticos, sem nenhum custo e que a rede de empresas credenciadas nos termos, quantidades e prazos previstos no termo de referência o qual admitimos total submissão às regras nele contidas e estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada;
- **DECLARAMOS** que disponibilizaremos as emissões e remissões dos cartões magnéticos, sem nenhum custo e que a rede de empresas credenciadas nos termos, quantidades e prazos previstos no termo de referência o qual admitimos total submissão às regras nele contidas e estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada;
- **Central de atendimento:**

CIDADE, (dia) de (mês) de 2026

Responsável:

CPF:

14. ANEXO II

Diante da modalidade do processo licitatorio nao ha conteudo correspondente para este anexo.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOSUEL SILVA SOUSA

Superintendente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 14:13:39.